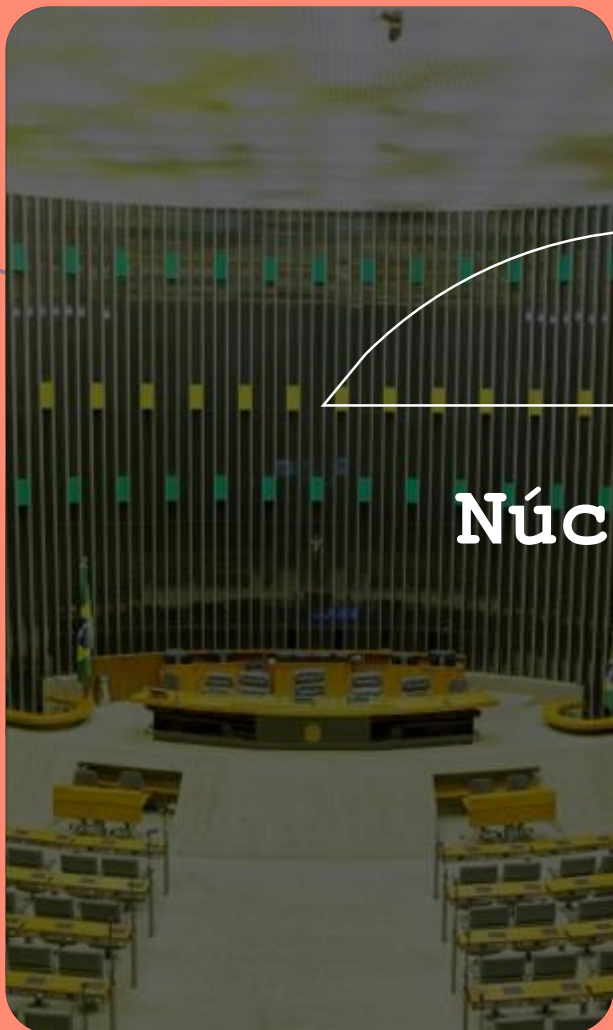




Sindilegis





Núcleo de Articulação Política



INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO PARA OS COMISSIONADOS

- ▶ Apresentado o PL 110/2023, de autoria do *Senador Weverton (PDT/MA)*. A proposta vem do *Sindilegis*, após discussões em grupo de trabalho com comissionados.
- ▶ O texto prevê a meia indenização bruta por cada 12 meses trabalhados.
- ▶ O senador, com o apoio do *Sindilegis*, estuda estratégias para a escolha da relatoria e os próximos passos.





PAUTAS GERAIS - Pautas Comuns às três Casas

MESA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO

- ▶ Elaboração e apresentação de minuta para estabelecer da Mesa de Negociação Permanente no TCU.
- ▶ O objetivo é levar o mesmo texto para Câmara dos Deputados e Senado.
- ▶ O texto já recebeu aval dos secretários gerais do TCU e agora aguarda despacho do presidente Bruno Dantas.



NOVOS PLANOS DE CARREIRA

- ▶ Rodada de debate com os presidentes das associações representativas para tratar de pontos importantes para o novo plano de carreira.
- ▶ Trazer para o debate pontos como exigência de nível superior para técnicos, reformulação de atribuições, mudança nos padrões das carreiras, equalização da remuneração entre Casas.





Câmara dos Deputados



PAUTAS ESPECÍFICAS - Câmara dos Deputados





GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO E DE ESPECIALIZAÇÃO

- ▶ Foi realizada reunião com 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados para levar o pleito para a Mesa Diretora.
- ▶ O Sindilegis formula, juntamente com sua equipe de Articulação Política e Assessoria Parlamentar, estratégias para a regulamentação do adicional de qualificação.
- ▶ Construção de uma minuta de resolução para a correção das regras de gratificação por especialização. Câmara dos Deputados



NÍVEL SUPERIOR PARA OS TÉCNICOS

- ▶ O Sindilegis formula, juntamente com sua equipe de Articulação Política e Assessoria Parlamentar, estratégias para a derrubada do veto, via destaque.



FORTALECER ATUAÇÃO JUNTO À PRÓ-SAÚDE

- ▶ Realizada reunião com a Coordenação Geral da Pró-Saúde para entender sobre a saúde financeira que justificam o reajuste nos planos.

O Sindilegis quer intensificar o diálogo com a gestão do programa e assim, viabilizar maior interação com os servidores



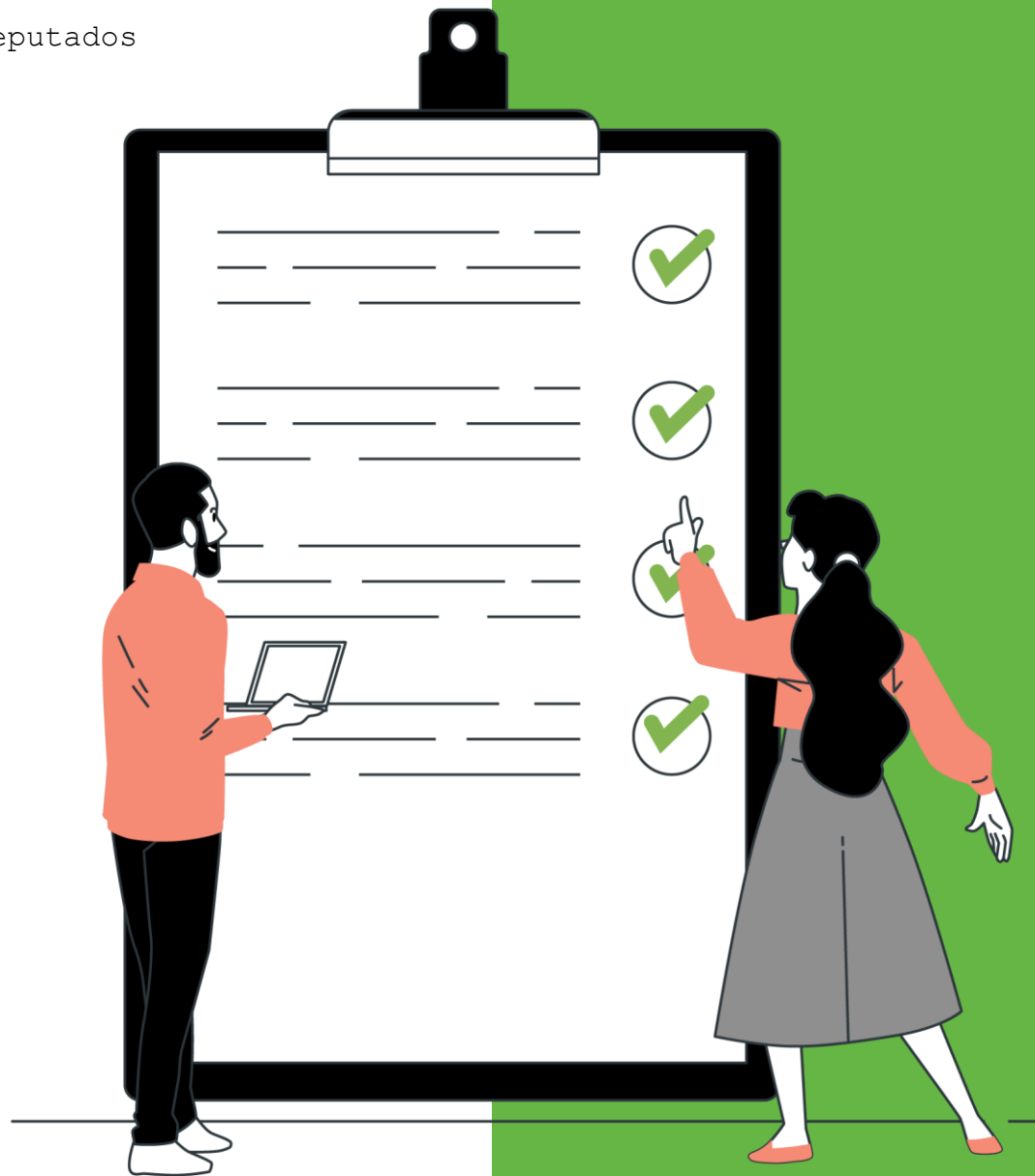
CONCURSO



CONCURSOS PÚBLICOS

- ▶ O Sindilegis já reforçou inúmeras vezes junto à Administração da Casa a necessidade da realização de novos concursos.
- ▶ A entidade vai realizar uma campanha mais intensa para que a casa realize novos concursos o quanto anos. Câmara dos Deputados

PLANO DE GESTÃO



O Sindilegis quer regularizar o processo de aprovação de planos de gestão. Há relatos de demora e prejuízo aos servidores. Este assunto engloba teletrabalho.





Núcleo Jurídico



HISTÓRICO DAS AÇÕES COLETIVAS

Escritório: Telesca e Advogados Associados S/S.

Advogado: Luís Maximiliano Telesca.

Objeto da ação: Reajustes da VPNI.

Número da Ação principal: 1039204-82.2022.4.01.3400.

Número do Agravo de Instrumento: 1031473-
50.2022.4.01.3400.

Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Vara: 16ª Vara Federal Cível da SJDF.

Servidores abrangidos: Aposentados e pensionistas do Senado Federal e da Câmara dos deputados.



RESUMO DA AÇÃO/ANDAMENTO:

- ▶ A ação foi ajuizada em 22 de junho de 2022 objetivando que a União se abstenha de proceder à exclusão do reajuste concedido pelas Leis n°s 13.302/2016 e 13.323/2016 sobre a VPNI dos servidores substituídos aposentados e pensionistas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- ▶ Em 18 de julho de 2022 foi indeferido o pedido de tutela de urgência.
- ▶ Protocolado Agravo de Instrumento teve seu provimento negado em 24 de março de 2023.
- ▶ Sindilegis apresentou recurso em 27 de abril de 2023.
- ▶ O processo foi concluso para decisão em 8 de maio de 2023.
- ▶ Ação principal aguardando prolação de sentença desde 13 de fevereiro de 2023.



HISTÓRICO DAS AÇÕES COLETIVAS

Escritório responsável: Caram Zuquim e Espírito Santo Advogados

Advogados: Sávio de Faria Caram Zuquim e Sebastião do Espírito Santo Neto

Objeto da ação judicial: Restituição de valores recolhidos dos servidores a título de contribuição previdenciária sobre terço de férias, adicional de hora extra, adicional noturno e os valores referentes a cargos em comissão e funções comissionadas.

Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Nº do processo judicial: 0028256-21.2010.4.01.3400.

Nº do processo judicial originário e apelação: 29380-39.2010.4.01.3400 - Desembargador Federal Hercules Fajoses.

Órgão julgador: 8ª Turma.

Servidores abrangidos: Câmara dos Deputados e TCU, filiados aos SINDILEGIS.

RESUMO DA AÇÃO/ANDAMENTO:

- ▶ O processo judicial nº 29380-39.2010.4.01.3400 tem por objeto requerer a declaração de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, adicionais de prestação de serviço noturno, serviço extraordinário e função comissionada e cargo em comissão.
- ▶ Em dezembro de 2022, após o procedimento de digitalização, protocolou-se nova petição requerendo mais uma vez o julgamento do feito.
- ▶ Aguarda julgamento pelo TRF 1ª Região.



OBRIGADO



Sindilegis